

A INTERFACE DO TRABALHO DA PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

LA INTERFAZ DEL TRABAJO DE PSICOPEDAGOGÍA EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA

THE INTERFACE OF PSYCHOPEDAGOGY WORK IN SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION

Simone Martins de Caires PALARO¹
José Anderson SANTOS CRUZ²

RESUMO: A educação especial com base na Lei da Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) foi inserida na política inclusiva educacional a fim de proporcionar aos educandos uma educação igualitária e qualitativa em nossa sociedade. Portanto, o psicopedagogo passa a desempenhar um papel importante neste processo de inclusão. O auxílio aos professores a fim de orientá-los a ter esse olhar diferenciado, faz com que efetivamente concretize o ensino e aprendizagem dentro do contexto educacional. Assim, partiu-se da pesquisa bibliográfica e exploratória com o objetivo de esclarecer aos psicopedagogos sobre o papel da psicopedagogia na educação especial e inclusiva. Os resultados evidenciaram que, quando compreendemos a necessidade educacional, bem como as comorbidades apresentadas pelo indivíduo e partimos deste ponto para prover a inclusão educacional, os processos de aprendizagem são positivos. Dentro deste contexto, temos a satisfação da instituição escolar de manter a autoestima elevada de ambos, professor e aluno, com procedimentos de ensino e aprendizagem voltados para as pessoas com deficiência ou transtornos/dificuldades de aprendizagem, tendo o psicopedagogo como um mediador entre as partes relacionadas dentro da instituição escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Psicopedagogia. Educação. Ensino e aprendizagem. Pessoa com deficiência.

RESUMEN: La educación especial basada en la Ley de la Cámara de Educación Básica/Consejo Nacional de Educación - CNE/CEB nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) se insertó en la política educativa inclusiva con el fin de proporcionar a los educadores una educación igualitaria y cualitativa en nuestra sociedad. Por lo tanto, el psicopedagogo comienza a jugar un papel importante en este proceso de inclusión. La asistencia a los profesores para orientarles a tener esta mirada diferenciada, hace que la enseñanza y el aprendizaje en el contexto educativo se materialicen de forma efectiva. Así, se partió de la

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Professora auxiliar na rede Estadual do Estado de São Paulo. Especialista em educação especial e psicopedagogia. Docente convidada da Unisagrado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3039-7163>. E-mail: simonemcp2008@hotmail.com

² Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE) (ESALQ/USP MBAs), Piracicaba – SP – Brasil. Professor Associado. Doutor em Educação Escolar (UNESP). Editor da Editora Ibero-Americana de Educação. Editor e Assessoria Técnica para periódicos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: andersoncruz.unesp@gmail.com

investigación bibliográfica y exploratoria con el objetivo de esclarecer a los psicopedagogos sobre el papel de la psicopedagogía en la educación especial e inclusiva. Los resultados mostraron que cuando se comprende la necesidad educativa, así como las comorbilidades que presenta el individuo y se parte de este punto para proporcionar la inclusión educativa, los procesos de aprendizaje son positivos. Dentro de este contexto, tenemos la satisfacción de la institución escolar de mantener la autoestima de ambos, profesor y alumno, con procedimientos de enseñanza y aprendizaje dirigidos a personas con discapacidad o trastornos/dificultades de aprendizaje, teniendo al psicopedagogo como mediador entre las partes relacionadas dentro de la institución escolar.

PALABRAS-CLAVE: *Inclusión. Psicopedagogía. Educación. Enseñanza y aprendizaje. Persona con discapacidad.*

ABSTRACT: *Special education based on the Law of the Chamber of Basic Education/National Council of Education - CNE/CEB nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) was inserted in the inclusive educational policy in order to provide educators an egalitarian and qualitative education in our society. Therefore, the psychopedagogue starts to play an important role in this inclusion process. Helping teachers to guide them to have this differentiated look makes the teaching and learning within the educational context effectively materialize. Thus, a bibliographic and exploratory research was carried out with the objective of clarifying to psychopedagogues the role of psychopedagogy in special and inclusive education. The results showed that when we understand the educational need, as well as the comorbidities presented by the individual, and start from this point to provide educational inclusion, the learning processes are positive. Within this context, we have the satisfaction of the school institution to keep the self-esteem of both, teacher and student, with teaching and learning procedures aimed at people with disabilities or learning disorders/difficulties, having the psychopedagogue as a mediator between the related parties within the school institution.*

KEYWORDS: *Inclusion. Psychopedagogy. Education. Teaching and learning. Person with disabilities.*

Introdução

Nossas instituições escolares públicas a cada ano recebem cada vez mais uma diversidade de alunos tanto da educação especial quanto da educação inclusiva. Para um melhor esclarecimento, fazem parte do público-alvo da educação especial – E.E - de acordo com o art.58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” Por educação inclusiva – E.I. – entende-se a modalidade de ensino que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Seu objetivo é que todos os educandos, sem exceção, tenham

direito a educação em um só ambiente, o ensino regular. Sua proposta, é valorizar as diferenças, contemplando a diversidade e reconhecendo também, que existem diferentes etnias, gêneros e classes sociais. Os docentes, por sua vez, apresentam-se – muitas vezes, inseguros na atuação com o público-alvo da EE no que se refere as suas metodologias e seus planejamentos, que requerem adaptações para esses alunos dentro de um contexto educacional e qualitativo. Entretanto, esses professores em sua maioria, não foram preparados em suas graduações (formação inicial) para atuarem dentro deste contexto e, nem mesmo os gestores e supervisores têm consciência e saberes necessários para tal desenvolvimento. Além disso, – supõe-se que a falta também da formação continuada, falta de um acompanhamento pedagógico com o aluno, professores e famílias destes mesmos alunos façam parte deste cenário da educação especial e inclusiva.

Embora tenhamos a Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), aprovada pela Câmara de Educação Básica e pelo Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB, que assegura e promove, em condições igualitárias o exercício dos direitos e da liberdade que são fundamentais para a pessoa com deficiência objetivando à sua inclusão social, de outro lado, temos a falta do psicopedagogo, profissional qualificado para o desempenho das funções necessárias a essas mediações e aprendizagens nestas instituições de ensino (BRASIL, 2015).

A fim de demonstrar de maneira clara e objetiva os problemas enfrentados diariamente nas instituições escolares tanto pelos docentes, como pelos discentes, será apresentada uma abordagem qualitativa bibliográfica exploratória de investigação.

Portanto, neste estudo, será retratada a importância da presença do psicopedagogo dentro deste contexto, o escolar, com o intuito de orientar o educador a ter um olhar diferenciado para com este educando. Este, não é somente um indivíduo em carne e osso, possui uma história que contém organismo, corpo, desejo e inteligência e, conseqüentemente, desempenho acadêmico que, ao mesmo tempo, está inserido em um ambiente sociocultural. A questão é auxiliar os professores adaptando e ensinando tudo o que lhe for necessário para o desempenho de suas funções educacionais e êxito do aluno nos processos de ensino e aprendizagem.

Em virtude disto, teremos um planejamento educacional pautado nas necessidades educacionais de cada educando, valorizando suas potencialidades e trabalhando para que desenvolva habilidades, até então, não descobertas, promovendo de maneira lúdica e social, sua inclusão a partir dos direitos que a educação inclusiva propõe a este público-alvo da educação especial e a todos e todas aqueles/as que se sentirem excluídos dos processos de ensino e aprendizagem.

Destarte, o objetivo deste estudo, é ressaltar o papel do psicopedagogo na educação especial e inclusiva, não se limitando à mediação entre/nos/com os processos de ensino e a aprendizagem, mas sim, tendo o dever de orientar todo o processo pedagógico e curricular da escola numa perspectiva transdisciplinar, social, familiar e cultural.

Fundamentação teórica

A legislação Brasileira

Pensar a educação como um direito de todos, como está escrito na Constituição Federal de 1988 - CF/1988 (BRASIL, 1988) no atual contexto contemporâneo, torna-se um desafio, principalmente quando falamos em educação especial e inclusiva.

Em nossa Constituição Federal, art. 208, inciso III, na seção sobre Educação, o texto nos deixa bem claro que é dever do Estado com a educação o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Não obstante, desde 1988 com a Constituição Federal e todas as Leis que foram sendo alteradas e promulgadas durante todas essas três décadas, ainda percebemos em nossas instituições escolares um grande movimento de práticas classificatórias e excludentes e pensamentos tradicionais e conservadores em relação a nossa educação.

Kohan (2019) ao falar sobre o valor da igualdade que Paulo Freire sempre preconizou, levanta questionamentos acerca da importância de pensar a igualdade. A igualdade está inscrita nas relações pedagógicas, em que o diálogo frente a frente, em um mesmo patamar entre educador e educando, entre o ensinar e o aprender, reconstrói os saberes a partir das aprendizagens engendradas por estes educandos. Neste sentido,

Educar significa escutar, respeitar, atentar a essas diferenças. Sem elas a vida seria muito menos vida. A igualdade de todas as vidas que fazem parte de uma prática educacional como seu princípio político é uma condição para que as diferenças sejam enriquecedoras e não aniquiladoras, numa direção que tornamos politicamente interessante, isto é, para que a educação possa contribuir para que essas existências desdobrem toda a vida que elas são e contém (KOHAN, 2018, p. 16).

Partindo deste pensamento, o professor, inicialmente, precisa inicialmente ter humildade, pois ninguém é superior a ninguém. Há como diria Freire (1996) que há saberes distintos (Pedagogia da Autonomia). Utilizar-se da empatia e respeitar as diferenças é o princípio para nortear uma educação inclusiva e emancipadora. Manter a igualdade entre

ambos (educador e educando), em que um pode aprender com o outro, exige diálogo, interação, mediação de conhecimentos.

O princípio de tudo está em tornar a educação igual para todos, e não a diferenciar para nenhum educando, sem excluí-lo do contexto atual da sala de aula. É tornar pedagogicamente, no educando, a capacidade de entender que é capaz de aprender, somente precisa confiar em si mesmo.

Com a lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015), cap IV, art. 27, que foi decretada pela Câmara dos Deputados e sancionada pela Presidenta da República, esta dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência no que tange à Educação:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, [s.p.]).

A homogeneidade existente nas salas de aula, tem desestimulado docentes a reinventar e a adaptar suas metodologias. É mais rápido e prático levantar hipóteses sobre aqueles determinados alunos e encaminhá-los aos especialistas do que modificar suas aulas por causa desses ou daqueles educandos que apresentam algum problema de aprendizagem, seja por ~~ser~~ apresentarem alguma deficiência física ou intelectual, ou por apresentarem algum transtorno específico de aprendizagem.

Por outro lado, existem os coordenadores que pouco entendem sobre o assunto e ficam à espera de formações designadas pelo governo do Estado a serem assistidas nas horas de trabalho pedagógico coletivo - HTPC, sobre a educação especial e inclusiva. A intensão seria de tentar fornecer uma base pedagógica sobre o assunto, como se isso fosse o suficiente para direcionar o professor responsável pela disciplina regular a realizar adaptações necessárias ao educando.

Este debate sobre a educação especial e inclusiva em nosso país, têm levado vários especialistas a discutirem sobre o assunto, principalmente quando se fala sobre a revisão da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva conhecida como PNEEPEI, publicada em 2008 (BRASIL, 2008). O Ministério da Educação (MEC) propõe uma revisão no sentido de retroceder as conquistas realizadas até hoje, ou seja, estimular o retorno

[...] da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social – que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência (BRASIL, 2008, [s.p.]).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), apresenta em seu texto, um trecho que discorre sobre a Educação Inclusiva. Além de discursar sobre Igualdade, diversidade e equidade, salienta sobre requerer “o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)” (BRASIL, 2018, p. 16).

Esta diferenciação curricular, de acordo com vários especialistas, estaria segregando novamente as pessoas com deficiências, visto que, tornar-se-ia uma forma de discriminação. Se pensarmos na questão da inclusão como uma perspectiva social, estas argumentações estariam se tornando equivocadas. Temos vários documentos que dispõem sobre esses assuntos e nos trazem a reflexão sobre a evolução ou o retrocesso nas discussões sobre a inclusão das diversidades e de suas integrações sociais. O currículo está se tornando motivo de debates e discussões, mas esquecem-se de verificar questões práticas como acessibilidade, recursos tecnológicos inclusivos e profissionais, prontos para atender esta demanda.

Toda essa polêmica vem sendo gerada após o Decreto nº 10.502/2020 (BRASIL, 2020) que trata da Política Nacional de Educação Especial (PNEE): Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, publicado pelo então presidente, Jair Bolsonaro. A redação exposta neste documento, vem ao encontro da ameaça de substituir a Política Nacional da Educação na Perspectiva Inclusiva criada em 2007 (BRASIL, 2008), com o objetivo de:

[...] manter o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais [...] (BRASIL, 2007, [s.p.]).

Mediante todo esse marco histórico que temos acompanhado sobre a educação especial e inclusiva, presenciamos uma prática totalmente exclusiva. Os grandes avanços alcançados nas leis, não saíram do papel. Presencialmente, nas instituições públicas, os descasos com os ditos “portadores de deficiências” e “inclusivos” continuam a acontecer. As políticas públicas existentes, necessitam de uma reflexão no que tange a sua aplicação, a sua efetividade no chão da sala de aula, na formação inicial e continuada para os professores, no diálogo com as famílias, porque tampou os aprendizes quanto as famílias têm conhecimento

do seu laudo, tem conhecimento das políticas e leis de inclusão - que permeiem a educação especial e inclusiva como deveria ser. Uma Educação com recursos materiais, tecnológicos e com acessibilidade a todos os que necessitam de uma educação voltada para a inclusão e direcionada para cada diferente aprendiz que chega até a escola com ritmos e modos de aprendizagem distintos.

A psicopedagogia interdisciplinar e transdisciplinar

A psicopedagogia institucional surgiu da necessidade de mantermos dentro das instituições escolares um profissional capacitado para efetuar intervenções no âmbito das dificuldades escolares. Este profissional, capaz de avaliar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem nos educandos, possui capacidade para exercer atividades interdisciplinares e transdisciplinares junto aos educadores, a fim de auxiliá-los na realização de tarefas adaptadas de acordo com a necessidade educacional de cada educando.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, em 2013, instituiu a Lei Municipal 15.179/2013 (BRASIL, 2013) que dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a rede municipal de ensino, tendo como enfoque o educando e as instituições de educação infantil e ensino fundamental, regulamentada pelo Decreto nº 54.769, de 17 de janeiro de 2014 (Fonte, 2014), apresenta todas as atribuições designadas ao profissional, além de lhe permitir desenvolver ações de formação continuada que auxiliem a equipe docente no diagnóstico das crianças com dificuldades na aprendizagem. Com esta conquista todas as unidades escolares municipais passaram a ter acesso a um conhecimento e aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem.

Compreender a necessidade educacional de cada indivíduo respeitando suas diferenças e incluindo-o no meio social, não é uma tarefa fácil. O conhecimento sobre as diversas deficiências bem como seus problemas de aprendizagem requer muito estudo e capacidade de transpor isso para a realidade. Não basta simplesmente conhecer, mas abranger de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Uma educação inclusiva requer mudanças nas práticas pedagógicas. Implica a transformação cultural, social e das políticas vigentes nas instituições de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e o respeito aos diferentes modos e ritmos de aprendizagem de todos, sem exceção. Requer conhecimento da parte do educador sobre a aprendizagem de cada indivíduo, pois ela é singular e está relacionada, muitas vezes, com a deficiência e suas comorbidades. É preciso ouvir mais, compreender o lugar de fala desse aprendiz que chega

até a escola com diferentes inserções na cultura escrita, com distintos modos e ritmos de aprendizagem.

A *homepage* Diversa – Educação Inclusiva na prática, do Instituto Rodrigues Mendes, traz diversas publicações sobre o assunto. Em uma delas, em que se discute a diferença entre integração e inclusão, deixa bem claro que, estamos mais praticando a integração do que a inclusão nas escolas. Sobre isso, relata que,

Em uma perspectiva histórico-cronológica, na maioria dos países, a integração precede a educação inclusiva no que diz respeito às políticas e práticas. O modelo da integração é baseado na busca pela “normalização”. Nega-se a questão da diferença. A integração admite exceções, uma vez que é baseada em padrões, requisitos, condições. Já a educação inclusiva é incondicional. Uma escola inclusiva é uma escola que inclui a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência. Uma escola inclusiva é aquela com oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um, de modo que todos possam desenvolver seu potencial. Uma escola que reconhece a educação como um direito humano básico e como alicerce de uma sociedade mais justa e igualitária (DIVERSA, [s.a.]).

Em 2008, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), a educação assume um caráter complementar, suplementar e transversal. Inclui como estudantes da educação especial, os portadores de deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Diante deste contexto, ressalta-se que os educadores, no entanto, devem estar preparados, tanto emocionalmente, quanto pedagogicamente para romper com as barreiras que impedem o acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes público-alvo da educação especial. Devem proporcionar acessibilidade comunicacional, instrumental metodológica, programática e atitudinal. Isto significa desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, com desenvolvimento de atividades diversificadas que auxiliem o estudante com deficiência a alcançar o pleno desenvolvimento de suas capacidades cognitivas dentro de suas limitações, com o intuito de proporcioná-lo as melhores condições de autonomia para sua vida na esfera escolar e em outras esferas da atividade humana (trabalho, religião, dentre outras).

As tecnologias assistivas e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) visam fornecer instrumentos que contemplam diversas estratégias para um planejamento pedagógico que atenda a todos de uma maneira inclusiva, com um currículo flexível, que é capaz de manter a concordância entre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018) e a realidade apresentada em sala de aula por cada estudante a partir de sua singularidade.

E a Psicopedagogia, onde entra nesse contexto tão heterogêneo?

A psicopedagogia, além de contribuir com o seu papel de investigar sobre os problemas de aprendizagem, bem como os fatores que levam ao fracasso escolar, levará todos os envolvidos com a educação a buscar um olhar e escuta diferenciada, um olhar que seja capaz de observar o que ser humano como um todo, em suas singularidades, ou seja, detentor de um corpo, um organismo, um desejo e inteligência traz consigo. Que está inserido em uma família que possui uma história e que seu aprendizado depende de todo esse contexto.

A partir deste olhar como um todo, o psicopedagogo orientará os professores e todos os envolvidos com o processo educacional dentro das instituições sobre o desenvolvimento dos planejamentos de aulas e atividades adaptadas a este educando, sem excluí-lo do meio em que está inserido, mantendo seu aprendizado dentro da BNCC e socialmente, dando oportunidades para que seja protagonista de sua própria história, criando autonomia e reconhecimento como ser humano perante à sociedade.

Gasparian (2006, p. 260), em seu artigo de revisão publicado na Revista de Psicopedagogia, ao tratar das questões interdisciplinar e transdisciplinar, transfere para a psicopedagogia a implementação, divulgação e exercitação de um “[...]novo olhar científico para que a Educação seja realmente transformadora e transformada e dê um salto de qualidade no processo de ensino.”.

Portanto, a interface da psicopedagogia com a educação especial e inclusiva, trabalha para a compreensão de todos esses processos e princípios que norteiam a transdisciplinaridade, requerendo de todos os envolvidos com o processo de ensino, muita dedicação, esforço, pesquisa, estudo e acima de tudo reflexão.

Transformar nossas atitudes, pensamentos e ações práticas, requerem comportamentos de vida diária no que concerne as nossas relações inter, intra e transpessoais. O reconhecimento de que a educação especial dentro de uma perspectiva inclusiva necessita da contribuição da consciência que um psicopedagogo possui sobre todos os aspectos relativos à aprendizagem, traz benefícios a todos e nos direciona a um autoconhecimento do mundo contemporâneo em que estamos inseridos, incorporando a inclusão de todos os indivíduos que são considerados “diferentes” em sua totalidade.

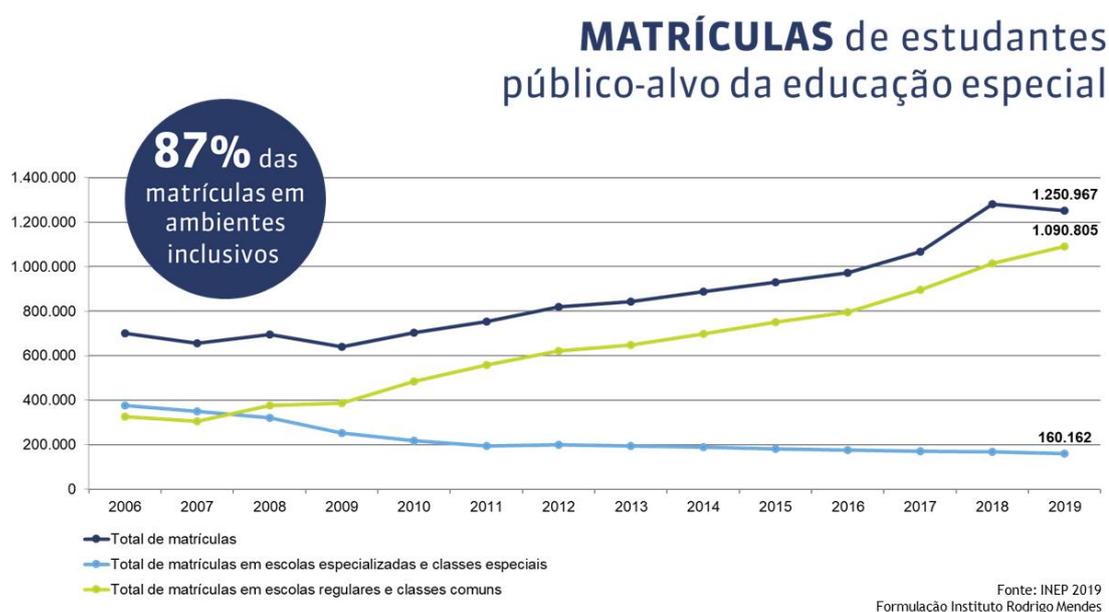
Resultados e discussões

Ao levantarmos discussões sobre a educação especial e inclusiva, fica evidente que na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é a educação especial, ou seja, a deficiência que o aluno possui, mas sim, os espaços, os ambientes, os recursos que devem estar disponíveis e serem acessíveis de acordo com a especificidade de cada aluno. A acessibilidade aos materiais pedagógicos e a comunicação alternativa asseguram a todos esses alunos uma aprendizagem efetiva.

Nos últimos anos, vem sendo instituídas leis que regem a inclusão do indivíduo com deficiência e este avanço vem acontecendo ano a ano. Por este motivo, temos presenciado um grande fortalecimento na inclusão escolar, com um crescimento significativo no número de estudantes público-alvo nas instituições inclusivas da Educação Básica.

A taxa de matrículas, como demonstra na figura 1, em instituições escolares regulares de classes comuns, em 2008, chegou a ultrapassar as de instituições especializadas e classes especiais, o que vem se acentuando gradativamente. O *site* Observatório da Educação do Instituto Unibanco, mostra que, “de acordo com o Censo Escolar de 2019, o percentual de matrículas em ambientes inclusivos chegou a 87% do total de matrículas da modalidade de Educação Especial, representando uma curva crescente, como mostrado no gráfico a seguir” (INSTITUTO UNIBANCO, 2019, [s.p.]).

Figura 1 – Taxa de matrículas 2006-2019



Fonte: Instituto Unibanco (2019, [s.p.]) – adaptado pela autora

Já o *site* do Governo do Estado de São Paulo, apresenta informações que, entre os anos de 2019 e 2020, o número de alunos com deficiência que foram matriculados nas redes de ensino regulares, teve um aumento de 20%, sendo 174.363 alunos no ano de 2019 e 210.409 alunos em 2020.

Temos ainda, que nos atentar, as transformações curriculares que enfrentamos atualmente, portanto, cabe a instituição escolar com toda sua equipe, se reconstruir pedagogicamente para atender a toda essa demanda. Cabe às políticas e lei serem aplicadas na sua efetividade na escola, formação inicial e continuada de professores, coordenadores, gestores escolares – cabe dialogar mais com as famílias e com os aprendizes para que de ocorra uma mudança como já vem ocorrendo no chão da escola. Torna-se necessário uma mudança de atitude de todos os envolvidos na escola. A ideia do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como foi comentado anteriormente, permite um currículo flexível, bem como o desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem sem se esquecer das relações humanas empreendidas entre os sujeitos, entre professores, coordenadores, aprendizes, famílias dos escolares.

A fim de exemplificar melhor como essas relações acontecem, a figura 2, delimita muito bem o direcionamento para um currículo bem planejado e que abrange todas as esferas do conhecimento.

Figura 2 – Modelo DUA

DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM		
Redes de Reconhecimento	Redes de Estratégia	Redes Afetivas
Aprender o QUÊ	Aprender COMO	Aprender POR QUÊ
		
Como reunimos factos e categorizamos o que vemos, ouvimos e lemos. A identificação de letras, palavras ou o estilo de um autor são tarefas de reconhecimento.	Planejar e desempenhar tarefas. Como organizamos e expressamos as nossas ideias. Escrever um texto ou resolver um problema de matemática são tarefas estratégicas.	Como os alunos se empenham e se mantêm motivados. Como reagem aos desafios, se estimulam e interessam. Estas são dimensões afetivas.
➡ Apresente a informação e os conteúdos em diferentes formatos	➡ Diversifique os modos como os alunos podem expressar o que sabem	➡ Estimule o interesse e a motivação por aprender
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Representação	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Ação e Expressão	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Envolvimento

Fonte: CAST: What is UDL? (<http://cast.org/research/udl>)

Fonte: Todos pela Educação ([s.a.]) – adaptado pela autora

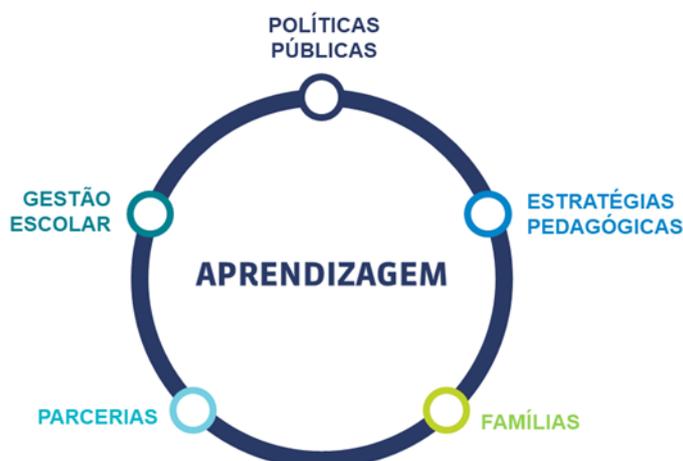
Em uma reportagem da Revista Veja (2019), a autora do comentário, Lilian Rambaldi, relata sobre as escolas particulares em São Paulo que focaram na proposta da educação inclusiva e fizeram muitas mudanças. A autora afirma que a inclusão não é uma tarefa técnica, mas um compromisso firmado com a sociedade. Além disso, a necessidade de renovar e contratar profissionais adequados para atuarem dentro da escola, foi primordial para um “[...] *planejamento educacional personalizado, atendimento individual, aplicação adequada de técnicas pedagógicas, materiais didáticos e recursos diversos e formação continuada do professor*” (ROCHA, 2019 apud RAMBALDI, 2019, [s.p.], grifo nosso).

Daí a grande necessidade de termos o psicopedagogo como interface entre a educação especial e inclusiva. Este profissional, além de outros que se fazem necessários dentro das escolas, estará dando suporte tanto aos alunos quanto à equipe pedagógica da unidade escolar. É ele quem fará as mediações quanto às intervenções e às práticas pedagógicas em sala de aula.

Todos os alunos, típicos e neuro típicos – talvez trazer uma breve explicação aqui ou em nota de rodapé - ganham com isso. A sala de aula passa a ter uma participação e uma colaboração de todos quanto aos processos de ensino e aprendizagem. As aulas adaptadas passam a possuir uma especificidade curricular voltada aos estudantes pertencentes a sala de aula no geral, tornando-se fácil de assimilação por todos.

Para que isso aconteça de maneira organizada e em harmonia, todas as esferas sociais, juntamente com os atores que fazem parte da educação inclusiva, devem estar em total diálogo uns com os outros. Todo esse processo de engajamento, provoca reflexões colaborando para a construção de um conhecimento sobre o direito das pessoas com deficiência dentro da educação inclusiva, trazendo com isto, uma educação de qualidade e com equidade.

Figura 3 – Estruturas que envolvem a aprendizagem



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes

Corporativo | Interno

Fonte: Diversa ([s.a.]) – adaptado pela autora

Esses cinco aspectos estruturantes, como demonstrado na figura 3, devem ser considerados pela instituição escolar como aspectos para a compreensão do sistema de aprendizagem, e não como um modelo único. Sugere na esfera das políticas públicas, conhecimento de toda a legislação sobre educação inclusiva. Na esfera das estratégias pedagógicas, envolve as diversas etapas de um planejamento, incluindo o desenvolvimento das práticas pedagógicas em se pensando na efetividade dos processos de ensino e aprendizagem. Já a esfera das famílias, nas relações estabelecidas entre a escola e a família dos alunos envolvidos, abrange o planejamento e o desenvolvimento das atividades escolares, bem como uma análise das relações estabelecidas entre elas. Quando falamos em parcerias, todos os profissionais que se fazem necessários para o pleno desenvolvimento de uma educação inclusiva estão diretamente ligados a ela. Dentre eles, o psicopedagogo, que é peça fundamental desse quebra-cabeça. Por último, temos a gestão escolar. Esta, abrange todas as outras esferas, pois é a responsável pela construção do projeto político pedagógico da escola, a elaboração dos planos de ação e a gestão de todos os processos internos e sociais da instituição.

Diante de uma experiência empírica, quando observamos todo esse histórico na legislação, bem como todo esse arcabouço de planejamentos e instruções para uma efetiva educação inclusiva, infelizmente, na maioria das instituições públicas, não saem do papel.

Além disso, não possuem recursos financeiros para adquirirem materiais pedagógicos e uma boa formação profissional sobre a educação especial e inclusiva para os professores envolvidos. Não há o interesse por parte da instituição escolar em tentar desenvolver atividades adaptadas à realidade de cada indivíduo, fazendo da educação inclusiva, uma instituição de educação integrativa, designando o aluno a apenas preencher uma vaga na carteira da sala de aula, restringindo o seu processo de aprendizagem ao das outras crianças, sem proporcionar um aprendizado diferenciado. Isto, pois, a nosso modo de compreender, de certa forma, atingiria todos os outros alunos da classe, promovendo o entendimento sobre o assunto abordado, assim como o seu engajamento, pois traria mais especificidades e minuciosidades dos modos e ritmos de aprender destes aprendizes? para um melhor ensino.

Se a educação tem como objetivos desenvolver as potencialidades e capacidades, preparar para o exercício laboral e para ser cidadã(o), é imprescindível romper com os preconceitos e compreender as diferentes características como valor e não como problemas a serem sanados. Os princípios não são negociáveis. As atitudes sim, são passíveis de mudança. Esse é o desafio (GARCEZ, 2016, [s.p.]).

Desempenhar um papel em nossa educação levando em consideração os princípios da educação inclusiva, torna-se um desafio para reorganizar nossas escolas. Garantir qualidade e acesso de oportunidades a todos. É reinventar a escola que temos e a que queremos.

Considerações finais

Ao abordarmos as necessidades educacionais no âmbito escolar, encontramos tanto as necessidades educativas comuns a todos os educandos, que dizem respeito às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento sociocultural e que se encontram no currículo escolar, quanto aquelas ditas especiais, que se dirigem aos educandos que necessitam de recursos e técnicas pedagógicas apropriadas a todos os transtornos de aprendizagem.

Além disso, nos deparamos com uma grande diversidade nas escolas inclusivas, exigindo do profissional que está a frente do trabalho, ou seja, o professor, um vasto conhecimento sobre todas as deficiências, bem como suas comorbidades, não esquecendo-se dos transtornos de aprendizagem. Isto seria ideal se não fosse utópico. Encontramos nas instituições escolares, docentes que desconhecem os problemas apresentados por esses indivíduos ditos “especiais” e se sentem desprovidos de todos os recursos que auxiliariam na aprendizagem destes.

Professores estão ocupados preenchendo documentos burocráticos exigidos pelas instituições escolares. Alunos estão em sala de aula aguardando pelo conhecimento trazido pelo professor. Demais membros da instituição escolar, cada qual ocupado com sua função.

E o educando? Este, é aquele indivíduo que necessita de uma educação igualitária, de uma inclusão social, que está à espera de um currículo flexível e adaptado a fim de desenvolver suas habilidades acadêmicas e, que, como tantos outros, espera por um olhar diferenciado, um olhar subjetivo, que enxergue além dele, que descubra quais são suas necessidades em todos os âmbitos de um ser humano.

Pois é! Todos estão muito ocupados. Ademais, não temos dentro de nossas escolas um profissional direcionado a todas essas questões: o psicopedagogo. Naturalmente, se existisse, traria soluções para muitos dos problemas que estão sendo ignorados dentro da educação especial e inclusiva. O Psicopedagogo é preparado para diagnosticar, intervir e mediar a aprendizagem do aluno. Na questão pedagógica, é capaz de auxiliar professores na construção de um currículo adaptado. Na gestão, informa e auxilia o gestor quanto a documentação e as leis que regem a educação especial e inclusiva. Sendo assim, este profissional dentro da instituição escolar, juntar-se-á à equipe no sentido de somar conhecimentos e dividir experiências.

O despreparo profissional, a falta de verbas, a burocracia com preenchimentos de papéis e a falta de experiência, está fazendo de nossa educação especial e inclusiva, apenas uma educação integrativa. Até quando? Precisamos levantar a bandeira e gritar por aquilo que acreditamos. As leis sancionadas não devem ficar apenas no papel. Somos todos responsáveis pela educação, seja ela regular, especial numa perspectiva inclusiva.

A educação é para todos, sem discriminação. Uma educação de qualidade com equidade. Por isso, a presença do psicopedagogo como uma interface entre a educação especial e a inclusiva é de extrema necessidade.

A prática em avaliação psicopedagógica, com origem no desenvolvimento social e na aprendizagem, traria diversos tipos de apoios a esses alunos, mantendo-se sempre na interdisciplinaridade. Esta, além de oferecer uma concepção interativa e contextual, não se limitará apenas ao sujeito, mas a tudo que envolve o seu desenvolvimento.

Pensar em uma avaliação psicopedagógica voltada às necessidades educacionais especiais de cada aluno, é retomar nossa prática dentro de uma instituição escolar numa perspectiva inclusiva. Dessa forma, a avaliação torna-se uma espécie de instrumento que direciona nossos passos a identificação dos apoios necessários e a melhoria de condições da

aprendizagem, sugerindo práticas avaliadoras centradas na identificação e valoração do processo educacional, auxiliando na elaboração de adaptações curriculares que respondam às necessidades educacionais de cada um.

O processo de desenvolvimento é fruto de interação entre o sujeito e seus pares nos diversos contextos da vida, seja ela, familiar, social ou escolar. Quando falamos em contexto escolar, remetemo-nos ao currículo. Em uma escola inclusiva, este deve ser aberto e flexível para responder a todas as diversidades, permitindo “[...] tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais [...]” (COLL *et al.*, 2004, p. 291).

O conceito de necessidades educativas especiais implica que os grandes objetivos da educação devem ser os mesmos para todos os alunos, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades e a futura inserção na sociedade. Portanto, se no currículo se expressam as aprendizagens consideradas essenciais para serem membros da sociedade, este deve ser o referencial da educação de todos os alunos, fazendo as adaptações que sejam necessárias e proporcionando-lhes as ajudas e os recursos que favoreçam a obtenção das aprendizagens nele estabelecidas (COLL *et al.*, 2004, p. 291).

Dessa forma, o trabalho psicopedagógico se centraliza nas avaliações, adaptações e aplicações de recursos necessários ao bom desenvolvimento da aprendizagem, ou seja, relaciona-se ao ato de construir um currículo individual para o aluno, deliberando sobre o que ele precisa aprender e de como devemos ensinar-lhe, não esquecendo-se dos critérios necessários para avaliar seus avanços e de como ele será avaliado durante o seu percurso escolar.

Portanto, a responsabilidade do psicopedagogo em um ambiente institucional de educação especial e inclusiva, vai além da mediação. Envolve o olhar, a escuta e o auxílio a todo o processo pedagógico e curricular direcionado não somente aquele aluno que necessita de recursos diferenciados, mas para todos os envolvidos no processo social, cultural e familiar a que ele pertence.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial de São Paulo. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; São Paulo: SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 02 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm . Acesso em: 30 ago. 2021.

COLL, C. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DIVERSA: Educação Inclusiva na Prática. **O que é Educação inclusiva/Conceitos fundamentais**. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 20 set. 2021.

DO PORTAL DO GOVERNO. **Cresce 20% o número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica**. São Paulo, 03 jul. 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/cresce-20-o-numero-de-alunos-com-deficiencia-matriculados-na-educacao-basica/>. Acesso em: 19 set. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GARCEZ, L. Um histórico e as dimensões da educação inclusiva. **DIVERSA: Educação Inclusiva na Prática**, 18 mar. 2016. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/um-historico-e-as-dimensoes-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 20 set. 2021.

GASPARIAN, M. C. C. A Psicopedagogia e as questões da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. **Rev. Psicopedag.**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 260-268, 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de Educação. **Educação Inclusiva e a valorização das diferenças**. 2019. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/educacao-inclusiva-e-a-valorizacao-das-diferencas> . Acessado em: 01 set. 2021.

KOHAN, W. O. Paulo Freire e o valor da igualdade em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e201600, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945201600>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/157832/153132>. Acesso em: 02 ago. 2021.

RAMBALDI, L. Educação inclusiva está cada vez mais em pauta nas escolas. **Veja São Paulo**. São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/educacao-inclusiva-esta-cada-vez-mais-em-pauta-nas-escolas/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 15719, de 24 de abril de 2013**. Dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a rede municipal de ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de educação infantil e ensino fundamental. Lei Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 24 abr. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1571/15719/lei-ordinaria-n-15719-2013-dispoe-sobre-a-implantacao-de-assistencia-psicopedagogica-em-toda-a-rede-municipal-de-ensino-com-o-objetivo-de-diagnosticar-intervir-e-prevenir-problemas-de-aprendizagem-tendo-como-enfoque-o-educando-e-as-instituicoes-de-educacao-infantil-e-ensino-fundamental>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 54.769, de 17 de janeiro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 15.719, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-54769-de-17-de-janeiro-de-2014/consolidado>. Acesso em: 31 ago. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**: Conheça o histórico da legislação sobre inclusão. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**: Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama. [s.a.]. Disponível em: <https://eiaesgama.wordpress.com/desenho-universal-para-a-aprendizagem/>. Acesso em: 01 set. 2021.

Como referenciar este artigo

PALARO, S. M. C.; SANTOS CRUZ, J. A. A interface do trabalho da psicopedagogia na educação especial e inclusiva. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n.00, e021016, 2021. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i00.16726>

Submetido em: 20/07/2021

Revisões requeridas em: 15/08/2021

Aprovado em: 17/09/2021

Publicado em: 02/10/2021